

Países ricos vão discutir moratória brasileira

Fritz Utzeri
Correspondente

Bonn-Reuters



Funaro foi bem recebido na Alemanha pelo ministro Stoltenberg

Paris — Dentro de 15 dias os principais países industrializados deverão reunir-se para estudar o caso brasileiro em maior profundidade, revelou ontem, em Paris, o ministro Dilson Funaro após manter encontros com o ministro da Economia francês, Edouard Balladour, e com o presidente do Banco da França, Jacques de Larosière.

Funaro, que vem tentando sensibilizar os governos dos países credores na véspera de abrir negociações de reescalonamento de sua dívida com os bancos comerciais, não enfrentou em Paris o clima de quase hostilidade que reinou em Londres, onde o ministro da Economia Nigel Lawson expressou seu amplo desacordo com a posição brasileira num telex curto, quase brutal, afirmando que a negociação entre o Brasil e os bancos é problema dos bancos, aconselhando o país a adotar um programa econômico convincente e recomendando um acordo com o FMI.

O tom do ministro da Fazenda após sua conversa com Balladour deixou no ar a impressão de que este teria expressado "compreensão" quanto à posição brasileira. Mas os franceses não quiseram dar qualquer destaque à visita de Funaro. O Ministério da Economia francês, após o encontro, questionado pelos jornalistas, ressaltou que a entrevista de Funaro com Balladour não figurou na agenda pública do ministro francês, razão pela qual não haveria qualquer comunicado após o encontro.

O que fica patente até agora é a dificuldade que o ministro Funaro tem encontrado para convencer os países credores a intervir junto aos bancos. No caso francês, apesar do liberalismo estar no governo, essa posição de intervenção pode ser algo facilitada pelo fato dos bancos credores serem em sua maioria controlados pelo governo. Na Inglaterra ultra-liberal e nos Estados Unidos, essa posição intervencionista não encontra boa acolhida.

O próprio tom do telex do Ministério da Fazenda britânico, recebido com alguma irritação por Funaro ainda em Londres, dá a medida do desagrado inglês: "A visita foi a pedido do sr. Funaro, para explicar a posição brasileira. O ministro deixou claro que as negociações da dívida junto aos bancos comerciais são um assunto para os próprios bancos comerciais. Ele também enfatizou a necessidade das autoridades brasileiras serem capazes de apresentar um programa econômico convincente a seus credores e indicaram que um acordo com o FMI poderá represen-

tar um apoio muito útil nesse sentido".

Funaro está tentando obter mudanças no comitê de 14 bancos que coordenam a dívida do Brasil. Já ao chegar em Londres, o ministro da Fazenda insistiu na necessidade de rever esse sistema por considerar que os países europeus e o Japão estariam sub-representados no comitê. Funaro baseia seu raciocínio no fato de que os americanos responderiam apenas por um terço da dívida brasileira, controlando a metade dos lugares do comitê de bancos.

É pouco provável que o ministro da Fazenda consiga alterar a composição do comitê, cuja presidência está entregue ao Citicorp, o maior credor isolado do Brasil e cujo presidente, John Reed, tem se destacado por uma abordagem "dura" da questão brasileira. Em Londres, Funaro chegou a declarar que, se os credores têm tratado os devedores numa base de caso por caso, talvez seja o momento dos devedores fazerem o mesmo com seus credores.

O objetivo do ministro é privilegiar soluções a longo prazo, em lugar das renegociações periódicas e paliativas que têm sido feitas até aqui, sem sacrificar o crescimento do Brasil, sem recorrer ao FMI (uma atitude vista como estranha depois do esforço que o Brasil fez para eleger o francês Michael Camdessus para a presidência do órgão, justamente por considerá-lo um "amigo", avesso à receita recesscionista clássica da instituição). O que o Brasil pretende é obter maiores recursos de agências internacionais como o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento.

Ontem, os jornais britânicos falavam em "fracasso" referindo-se à escala londrina de Funaro. Mas no mesmo dia em que o ministro da Fazenda inglês disparava o seu telex, o influente *Financial Times*, num

editorial sob o título "O Sr. Funaro e os credores", dava — numa certa medida — um apoio às pretensões brasileiras.

O jornal lembrou que o total de recursos fornecidos aos países em desenvolvimento pelos bancos privados desde 1982 caiu de 27% para 1% e cita o último relatório do Banco Mundial para observar que os países em desenvolvimento têm pago mais juros do que têm recebido em investimentos. (Nisso Funaro é claro: o Brasil nos últimos quatro anos pagou de serviço 44 bilhões de dólares, recebendo 11 bilhões de dólares em recursos em igual período, o que resulta num "buraco" de 33 bilhões).

"A progressiva retirada dos bancos comerciais dos mercados do Terceiro Mundo é a tendência mais preocupante" na atual crise da dívida, salienta o *Financial Times*, acrescentando que isso resulta num círculo vicioso: "Menos empréstimos novos levam a um crescimento menor, que por seu lado leva a uma deterioração da relação necessária ao serviço da dívida e a mais restrições para novos empréstimos. Ao mesmo tempo, à medida que a *exposure* nos países devedores diminui firmemente, os bancos têm cada vez menos incentivos para preocupar-se com o que acontece nesses países sitiados".

Para o *Financial Times*, "é tentador argüir que os governos não devem procurar influenciar os julgamentos dos bancos comerciais. A realidade é a de que eles não têm outra escolha: as instituições oficiais no momento só têm o capital necessário para desempenhar um papel catalítico nas transferências de recursos. A longo prazo a inversão dos fluxos de capital em direção dos países mais pobres é do interesse geral. Ela deve ser conseguida através de uma negociação paciente e o reconhecimento, em ambos os lados, de que a conciliação é infinitamente preferível à confrontação".